



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Brasil

Fonseca de Castro, Adler Homero  
Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural  
Caderno Virtual de Turismo, vol. 1, núm. 1, outubro, 2013, pp. 8-22  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115428661003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



# Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural

*Walls of memory: fortifications, heritage and cultural tourism*

*Las paredes de la memoria: fortificaciones, el patrimonio y el turismo cultural*

**Adler Homero Fonseca de Castro** <ahfc@centroin.com.br>

Historiador, pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autor do livro *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1504-2006*.

## FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CASTRO, A. H. F. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.08-22, out. 2013.

### REALIZAÇÃO



### APOIO INSTITUCIONAL



### PATROCÍNIO



**Resumo:** O presente trabalho procura abordar alguns aspectos introdutórios da temática do uso e gestão de um patrimônio cultural específico – as fortificações. Concentra-se naquelas que foram tombadas, isto é, protegidas como patrimônio histórico e artístico nacional, apontando os desafios de uma gestão voltada para a preservação de valores simbólicos e o uso turístico desses monumentos, em face dos riscos criados por uma equivocada análise econômica, que não veria valores ou usos nesses monumentos. Ao final do texto, se apresenta a listagem dos 54 fortes tombados pelo governo federal, fazendo uma tentativa de classificação desses quanto ao seu uso, de forma a apontar carências e falhas de atuação do governo que ainda tem que ser corrigidas.

**Palavras-chave:** Fortificações, patrimônio, turismo.

**Abstract:** This paper intends to discuss some of the preliminary facets of the use and administration of a specific kind of cultural heritage – the fortifications. It is centred in those that were tombadas, that is, those listed as national historic and artistic heritage in Brazil. We note the challenges of an management focused on the preservation of the symbolic and touristic use of the monuments in face of the risks created by an erroneous economic oriented analysis, that do not see value or uses in the monuments other than those that generates financial profits. In the end of the text, we present a listing of the 54 forts listed as heritage by the federal government, an attempt being made to classify these in regard to their present use, as a way to note deficiencies in the government action that still have to be corrected.

**Keywords:** Fortifications, heritage, tourism.

**Resumen:** Este trabajo pretende abordar algunos aspectos introductorios del tema del uso y la gestión de un patrimonio cultural específico - las fortificaciones. Se centra en aquellos que fueron tombados, es decir, protegido como patrimonio histórico y artístico de la nación, explicitando los desafíos de una gestión dedicada a la preservación de los valores simbólicos y el uso turístico de estos monumentos, frente a los riesgos creados por un análisis económico defectuoso que no vería valores o usos en estos monumentos. Al final del texto se presenta la lista de los 54 fuertes enumerado por el gobierno federal, por lo que un intento de clasificar éstos en cuanto a su uso, con el fin de señalar las deficiencias y los fracasos de la acción del gobierno que aún no ha sido corregida.

**Palavras chave:** Fortificaciones, património, turismo.

## Introdução

Há quase vinte anos atrás, o autor deste artigo esteve em Natal (RN), para tratar de um assunto de seu trabalho, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a proteção ao forte dos Reis Magos. A cidade e sua região em torno eram muito agradáveis e tinham grande movimentação turística, devido à natureza paradisíaca de suas praias e paisagens. Uma coisa que chamou nossa atenção, contudo, foi a grande visitação diária no pequeno forte dos Reis Magos, o que nos pareceu paradoxal: era situado em um lugar que não era propriamente de fácil acesso e o monumento, naquela época, não tinha sido equipado para ser uma atração turística. Era apenas um prédio, muito antigo, pois, segundo a tradição, foi construído em 1598, mas mesmo esta informação não estava presente de forma clara no local, isso sem falar da exploração de outros atrativos que o prédio tinha, mas eram ignoradas ou relevadas pela administração do bem.

A situação acima era lamentável, pois o grande número de visitantes não apontava para a existência de um interesse potencial por parte dos turistas e visitantes – era um fato real, existente e comprovável empiricamente, pela simples observação. Isso sem falar do atendimento ao público local, que certamente tinha laços afetivos com o monumento, considerando que a fundação da cidade e do próprio estado do Rio Grande do Norte estão ligadas àquele forte específico.

O interesse das pessoas nos fortes não pode ser visto como um caso isolado, do Rio Grande do Norte: no Rio de Janeiro, o terceiro ponto turístico mais visitado do estado, logo atrás do Cristo Redentor e do Pão de Açúcar, é o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, que chega a ter mais de 780 mil visitantes por ano, mais do que qualquer outro museu da cidade<sup>1</sup>. Em Niterói, do outro lado da baía de Guanabara, o complexo da fortaleza de Santa Cruz, composto da fortaleza em si e dos fortes do Rio Branco, São Luís e do Pico, todos situados em um local de difícil acesso, chegou a ter mais de cinquenta mil visitantes por ano – isso na década de 1990, hoje em dia o número devendo ser muito maior. Um imenso potencial em termos de geração de recursos para a cidade, que até pouco tempo era considerado como não tendo vocação turística, apesar de ser vizinha ao polo turístico que é o Rio de Janeiro. Outros dois pontos turísticos do estado, com apreciáveis visitas, são os fortes Duque de Caxias, no Leme, e a fortaleza de São João, na Urca, ambas no Rio.

Nos casos acima, perguntamos: quais seriam os atrativos dos locais? O museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, por ser uma unidade museológica, é voltado para receber e atender o público em geral, além de ter outras atrações além do forte e do próprio local onde se situa, de onde se pode observar uma paisagem impressionante. Outros dois fortes mencionados, o Duque de Caxias e a Fortaleza da Urca, além da simples apreciação da arquitetura, também oferecem belas vistas e outras atrações para os visitantes estando, de certa forma, preparados para atuar como equipamentos turísticos. O caso do complexo da fortaleza de Santa Cruz é diferente: no local funcionam unidades militares operacionais, que têm como prioridade atuar em questões de defesa e não atrair visitantes. Apesar de todo o esforço feito, especialmente na fortaleza de Santa Cruz especificamente, os monumentos do complexo não foram desenvolvidos ou preparados especificamente para o turismo. No entanto, como foi colocado, ele tem uma grande visitação. Como explicar isso e o caso do forte dos Reis Magos?

---

<sup>1</sup> Em 2012, o Museu do Exército-Forte de Copacabana teve 781.933 visitantes: 697.822 pagantes, 71.145 gratuitos e 12.966 em grupos de visitantes. Dados gentilmente cedidos por Rafael Fraga Gutterres, Chefe da Divisão de Museologia do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana.

Uma resposta simples seria a localização privilegiada, com vistas realmente excepcionais para as regiões em torno do forte – na verdade, havia um ditado dentro do Exército, que dizia que os melhores quartéis do País eram os da Artilharia de Costa, o serviço que manejava os fortes. Isso por estes normalmente estarem situados em áreas de praias e florestas – que o próprio Exército ajudava a preservar, como ainda faz hoje em dia. Para comprovar essa situação, basta lembrar que o ex-presidente Lula passava suas férias no forte dos Andradas, em Guarujá, São Paulo. Um ex-presidente do IPHAN resumiu a vantagem paisagística de forma clara:

Por outro lado, a implantação em locais estratégicos correspondeu à incidência dos fortes em locais privilegiados do ponto de vista paisagístico. Observe-se que, no universo reconhecido até hoje como patrimônio histórico e artístico nacional, entre as 44 fortificações tombadas, 36 exemplares (88%) situam-se em pontos elevados, em colinas e promontórios dominando baías, em pequenas ilhas ou à beira de rios de fronteira. (ALMEIDA, 2006, p. 23).



Figura 1. Complexo da fortaleza de Santa Cruz: em primeiro plano, o forte de São Luís, construído em 1777. Mais acima, o forte do Pico, de 1916. Ao fundo, a fortaleza de Santa Cruz. Do outro lado da baía, o Pão de Açúcar. Foto do autor.

Mas seria a locação a única razão da visitação desses pontos? Parece que não, pois os fortes atraem muitos visitantes, mesmo onde a paisagem não é privilegiada, como é o caso das fortificações de Recife, em Pernambuco: os fortes do Brum e das Cinco Pontas. Ambos estão situados dentro da massa urbana, que não permite que se aprecie uma vista bonita – muito pelo contrário, considerando que os espaços em sua volta estão degradados por viadutos, ruas e até instalações portuárias.

Outra explicação para a visitação, no caso do forte dos Reis Magos de vinte anos atrás, assim como em alguns outros casos, como na Ilha de Fernando de Noronha, onde também há uma grande visitação nas ruínas das fortificações de lá, seria a falta de equipamentos culturais nos locais onde se situam – os turistas não teriam outra opção de lazer além das praias e, quando essas não estão acessíveis, a ida a um forte seria natural. Só que isso, obviamente, não se aplica nos grandes centros urbanos, tais como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, repletas com opções, mas todos com fortificações bem visitadas.

Então como poderíamos entender a fascinação que as fortificações exercem sobre as pessoas? Essa atração, podemos dizer, é quase universal pelo País, indo de Santa Catarina até a região Amazônica,

a ponto dos fortes Príncipe da Beira (RD) e de Macapá (AP) terem sido escolhidas pelos legislativos locais para comporem os símbolos oficiais de seus estados – o Príncipe da Beira no brasão oficial e o de Macapá na bandeira estadual.



Figura 2. Bandeira do Amapá, com o traçado estrelado do forte de São José de Macapá representado a esquerda.

Uma das razões desse interesse é certamente relacionada ao encanto que há com a violência, pelo menos a que não é dirigida diretamente ao espectador. As pessoas gostam de assistir esportes radicais, corridas de carro ou filmes de ação, tudo na expectativa de assistir algo violento sem, contudo, se arriscar ou sair do conforto de seu lar. O mesmo com relação ao jornalismo em geral, onde o aforismo “más notícias vendem jornais” é um ponto considerado como comprovado (ROBINSON, 2007).

De certa forma, pode-se dizer que os fortes têm a atração de um filme de aventura: os visitantes ao irem ao local, recriam em suas mentes um passado de riscos e lutas, de piratas e corsários, de resistências até o fim contra forças muito superiores, de atos heroicos e de abnegação. O público procura a ligação com um passado bem distante, onde a vida cotidiana supostamente era cheia de aventura e romance, bem diferente da dos dias de hoje – não importa que essa visão seja real ou não. Certamente elas não vão ao local a procura de construções que aticem o prazer sensorial por serem belas – esse não é o caso das fortificações, sempre feitas com um aspecto estritamente utilitário em mente.

De uma forma racional, que escapa a romantização do passado, as edificações, mesmo que “frias”, concretas e utilitárias, também podem ser vistas como representações materializadas de certas ideias e conceitos: um dos mais fáceis de perceber sendo o de antiguidade, de raízes – afinal, estamos falando de construções multicentenárias, com uma temporalidade que é difícil de ser apreciada de forma totalmente objetiva, mas que é importante para a sociedade.

A procura pelas raízes, materializadas nas fortificações, também explica o interesse na pesquisa sobre o assunto, com os historiadores sempre procurando encontrar mais informações sobre os bens, como uma forma de ajudar a entendê-los: o primeiro livro que trata da história das fortificações foi publicado em 1885 (SOUZA, 1885), seguido por outros ao longo dos anos (AMORIM, 1914; GARRIDO, 1940 e BARRETO, 1959). Isso sem falar de dezenas de trabalhos tratando de conjuntos

regionais de fortes ou de obras isoladas. Por exemplo, uma das primeiras campanhas pela preservação de um monumento por seu valor cultural foi o artigo sobre o Forte de São Pedro, em Salvador (BA), escrito no final do século XIX (MARQUES, 1897). Vale a pena mencionar que, nessa linha, a Fundação Cultural do Exército (FUNCEB) está fazendo um levantamento mais completo da história das fortificações do País, já tendo publicado um volume de uma série prevista para quatro tomos (ver CASTRO, 2009), o segundo estando no prelo, com o lançamento previsto para este ano. Tal trabalho, até o momento, já concluiu a pesquisa sobre os seguintes estados, tendo sido levantados e historiados os seguintes números de posições fortificadas em cada um deles – um número impressionante de construções, que também justifica o interesse das pessoas no assunto.

Tabela 1: Fortes construídos em cada estado

|                     |     |
|---------------------|-----|
| Acre                | 12  |
| Alagoas             | 50  |
| Amapá               | 14  |
| Amazonas            | 17  |
| Bahia               | 226 |
| Ceará               | 33  |
| Maranhão            | 34  |
| Pará                | 50  |
| Paraíba             | 56  |
| Pernambuco          | 206 |
| Piauí               | 4   |
| Rio de Janeiro      | 124 |
| Rio Grande do Norte | 27  |
| Roraima             | 5   |
| Sergipe             | 13  |
| Total               | 871 |

Além da antiguidade dos prédios, outro aspecto simbólico que é importante na apreciação das pessoas é o da representação do poder, do Estado e, de forma indireta, da sensação de segurança causada pela presença de um vigilante armado, concretizado nas muralhas de uma fortificação. Esse ponto, de representação de poder e sensação psicológica a isso associada, foi – e ainda é – muito importante para explicar a própria existência desses fortes pelo país hoje em dia: o imenso número de fortes que foi construído se explica pela própria necessidade das pessoas em se sentirem seguras. Por outro lado, quando esses fortes já não mais tinham utilidade defensiva, seu papel de representação de valores culturais fez com que eles fossem encarados como tendo uma nova utilidade, justamente a de servirem de símbolos ou, como diríamos hoje, de atrações, poderíamos dizer, turísticas. Nessa linha, vale a pena dizer que quando o sistema de proteção ao patrimônio cultural começou a ser montado, na década de 1930, um dos tipos de monumento que teve seu valor imediatamente reconhecido foi o das fortificações.





Figura 3. Forte de Monserrate, pouco depois da sua restauração pelo governo da Bahia. (FALCÃO, 1942)

Em 1926, a primeira restauração de um prédio por seu valor cultural por um órgão de patrimônio – a Inspetoria de Monumentos Nacionais da Bahia – foi o forte de Monserrate, em Salvador, a fortificação mais antiga existente no País ainda com sua forma original, pois foi construída em 1584 e nunca fora modificada. Por parte do Governo Federal, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, foi criado em 1937, sendo que um dos tipos de bens que recebeu imediata atenção foram as fortificações: nada menos do que 24 delas, do norte ao sul do País foram inscritas nos livros do tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, logo no primeiro ano de funcionamento da instituição – como especificado na lei, os bens foram “tombados”. Essa ação equivale a uma declaração oficial de que o prédio ou objeto cultural tem um valor social que excede as questões puramente de propriedade privada, cada um deles passando a ser considerado como patrimônio nacional, um bem da coletividade, a ser preservado para o bem estar geral.

O principal objetivo da ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era, como a do IPHAN ainda é, preservar os monumentos de maior valor social, protegendo-os por lei contra a destruição ou adulteração. Isso por eles terem, como dito acima, grande valor simbólico, ao mesmo tempo em que tinham menor interesse do ponto de vista “de mercado”, justamente por serem antigos e não terem um uso “prático” – uma visão que, se fosse encarada de forma pragmática e meramente utilitária, implicaria no desprezo dessas construções, que não tinham um uso concreto. Contudo, deve-se dizer que a importância da ação de preservação foi percebida e aceita pelo governo e, no caso dos fortes, pelo exército. Isso é bem visível na ação relativa a alguns fortes, como o de Coimbra (MS), tombado em 1974, enquanto ainda funcionava – só seria desativado quinze anos depois.

O caso da fortaleza de Santa Cruz é o mais extremo: foi um dos tombamentos iniciais do IPHAN, tendo recebido o título de patrimônio nacional em 1939, com todas as implicações legais que isso gerava, como a obrigação de preservar o bem, segundo as determinações do Serviço do Patrimônio. Contudo, o fato importante para perceber a imensa concessão que se fez no caso é que Santa Cruz, naquele ano, ainda funcionava como defesa costeira e continuaria a ter essa missão até a década de 1970.





Figura 4. Ataque do submarino alemão U-848 na costa do Rio Grande do Norte. (U-BoatArchive)

Podemos afirmar que nessa situação, a decisão dos funcionários do IPHAN daquela época, de tombar os fortes, foi sábia: uma visão estritamente utilitária implicaria no seu abandono quando não mais tivessem uma função prática, como ocorreu com os fortes de diversos países. Contudo, como já foi comentado anteriormente, essas construções não podem ser vistas apenas como bens com uma função prática: além de serem símbolos são, na maior parte dos casos, atrações turísticas procuradas pelas pessoas, sejam essas turistas ou moradores locais, que encontram nas fortificações alguma coisa que lhes serve de marco de sua própria identidade, o que era um dos objetivos da ação do governo ao proteger os bens. Só que não se pode dizer isso de todas as coisas que foram tombadas – poucas pessoas, por exemplo, sabem que o sabre do general Osório, hoje no Museu Histórico do Exército, ou a coleção do museu de Magia Negra, do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro também são monumentos nacionais tombados. Ou seja, em termos de resultados efetivos de uma ação do governo visando preservar bens que criam uma sensação de bem estar nas pessoas, pode-se dizer que o tombamento dos fortes foi, de forma geral, um sucesso.

Contudo, o grupo inicial de bens protegidos pelo governo federal, apesar de ser relativamente extenso e de incluir prédios em boa parte do País, nem de longe representaria a totalidade dos fortes ainda existentes. É bem verdade que alguns governos estaduais colaboraram na preservação deste tipo de patrimônio, mas considerando o interesse que esses prédios geram quando são bem administrados, isso ainda é pouco, tendo em vista o retorno social dos investimentos. Nesse sentido, a questão de uma boa gestão é fundamental, mas também é muito complexa.

É um aforismo na área de patrimônio cultural que “é o uso que conserva”, de forma o que se faz com um prédio deve ser uma parte central das políticas culturais: sem receber uma função adequada, nenhuma construção será adequadamente preservada. Só que isso cria uma imensa dificuldade quando falamos de uma obra defensiva: no Brasil, a última fortificação foi desativada em 1998 e desde 2006 não há mais unidades de Artilharia de Costa, que era o tipo de tropa que era encarregado de usar e manter as fortificações e a defesa costeira e fluvial. Ou seja, não se pode dar aos prédios a sua função original, é preciso encontrar alternativas. É bem verdade que o Exército Brasileiro continuou

a usar os prédios das fortificações, dando outros empregos a elas, um fator extremamente positivo quando pensamos que a preservação do patrimônio é um objetivo secundário àquela organização. Nesse sentido, deve-se dizer que, dentro da ideia de manter um uso, o Exército tentou, dentro de suas possibilidades, preservar o maior número de obras defensivas – uma situação em direta oposição ao que aconteceu em outros países, como os EUA, onde as forças de lá, cada vez que desativavam uma instalação militar, vendiam os prédios para a iniciativa privada e até os armamentos como sucata. Lá, apesar de toda a riqueza de sua economia, hoje é difícil ver um forte preservado como os do Brasil, a não ser uns poucos que foram adquiridos pelo National Park Service, o equivalente norte-americano do IPHAN.

Só que mesmo com a boa vontade do Exército, as necessidades militares fizeram com que centenas de fortes fossem sendo desativados ao longo dos séculos – por exemplo, em 1829, havia quase 180 fortes em funcionamento, mas em 1837 eram apenas 57. Muitas dessas construções defensivas foram simplesmente abandonadas, algumas desaparecendo para sempre, outras encontrando novos usos, sendo preservadas na medida em que os novos donos tinham interesse nisso, o que, infelizmente, foi raro. Nesse caso, é importante notar que os usos turísticos ou como patrimônio cultural são recentes e, em nossa opinião, sequer pode-se dizer que estejam consolidados como prática no País: o ex-ministro Bresser Pereira, em uma conferência feita no Museu Naval em 1997 (PE-REIRA, 1997), a respeito da transformação de Museus em organizações sociais, medida pela qual estas entidades teriam liberdade de gerir seus próprios recursos, obtendo junto à iniciativa o apoio financeiro para seu funcionamento, chegou a declarar que os museus, se não conseguissem se auto-sustentar, deveriam fechar.

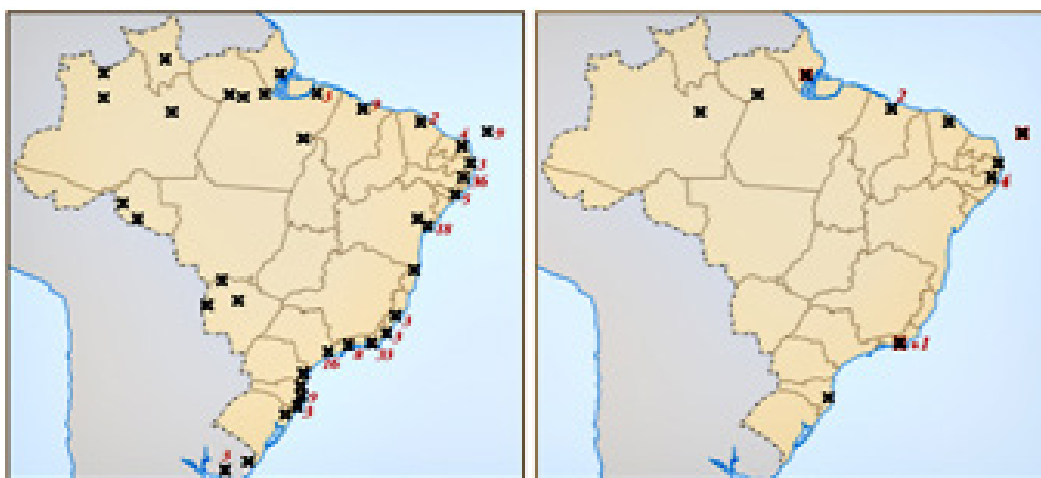


Figura 5. Fortificações sob o controle brasileiro existentes em 1829 (esquerda) e em 1857.

Entendemos que a proposta do ex-ministro se estenderia também a outros equipamentos culturais, entre eles os fortes que são usados como atrações turísticas – uma posição que, aparentemente, faz sentido em termos frios, de uma suposta eficiência administrativa e financeira, mas que na prática é de um evidente absurdo, tanto é que não foi colocada em prática. Do ponto de vista do presente artigo, devemos dizer que a proposta de se manterem com equipamentos culturais apenas aqueles que se auto-sustentassem só faz sentido de forma superficial, pois não leva em consideração outros fatores que deveriam ser importantes em termos de uma análise, mesmo que fria, “objetiva” e “ra-

cional”, de custo-benefício econômico do uso cultural de um bem. Nesse sentido, deve-se dizer que os fortes, quando são usados adequadamente, servem a duas funções sociais importantes: são, como colocado anteriormente, locais que geram interesse em visitantes, pontos focais de turismo.

Consideramos que o uso como atração turística é um ponto fundamental, pois, ao contrário de uma análise simplista, a questão do valor de um bem de uso turístico não pode, nem deve, ser pensada em termos de retornos financeiros diretos: poucos equipamentos culturais no País têm essa capacidade, a não ser os criados especificamente para isso, como teatros, salas de espetáculo ou cinemas. O que deveria ser evidente, mas infelizmente não parece ser, é que um equipamento cultural, como um forte desativado ou qualquer outro patrimônio histórico, ao servir como atração turística, gera benefícios indiretos para a economia, com gastos em hotéis, restaurantes, *souvenirs*, transportes, restaurantes e assim por diante. No caso, o investimento que o governo faz em termos de administrar um bem, aparentemente deficitário, gera retorno para a sociedade como um todo. Esse é um aspecto que tem que ser levado em conta em termos de gestão, mesmo considerando que é muito difícil de ser quantificado e, portanto, avaliado em termos economicistas.

Outro ponto que uma análise econômica não leva em conta – e o que é mais importante em termos de uma ação dos órgãos do patrimônio – é o retorno afetivo que os monumentos geram. Como colocado mais acima, as pessoas visitam os fortes, pois acham que eles são interessantes, românticos e cheios de histórias. Só que esse interesse não aplica apenas aos turistas que vêm de fora da localidade: as pessoas que vivem nos locais onde as fortificações foram construídas também apreciam esses valores e, em adição, têm outros, como a sensação de orgulho de possuir aquele patrimônio em sua cidade ou região. Um fator que não pode ser quantificado em termos de uma relação objetiva, de “custo/benefício”, pois é, literalmente, inestimável para o bem estar das pessoas.

O problema é que esses dois tipos de retorno não financeiro para a comunidade, o que se pode chamar de *lucro social*, não surge automaticamente da simples existência de um bem: se não houver uma boa gestão do mesmo, esses objetivos não serão alcançados. O autor destas linhas teve a experiência de visitar fortes em todo o Brasil, do Rio Grande do Sul até o Amapá e, normalmente, as fortificações são reconhecidas como patrimônios de grande valor sentimental pelas comunidades que vivem ao seu redor, mesmo quando não são reconhecidos como atrações para turistas que vêm de fora, até internacionalmente.

Infelizmente, o reconhecimento do patrimônio não é uma situação universal – há casos de fortificações que são totalmente ignorados pela população local, pelos turistas ou até mesmo pelos órgãos governamentais. Por exemplo, quando tivemos a oportunidade de visitar as fortificações do Maranhão, ficamos surpresos que a população local, taxistas, passantes e, até em um caso, funcionários de uma prefeitura encarregados de atender os turistas, não sabiam nos indicar onde ficavam as fortificações ou sequer sabiam de sua existência. Isso certamente foi uma falha dos órgãos de preservação e de turismo do Estado, que não souberam explorar bem um recurso que já existe e que certamente seria mais um atrativo para as cidades onde estavam essas fortificações. Em alguns casos, o descaso é oriundo de pura ignorância, por o bem existir de fato, mas não ser conhecido – nada que seja culpa da população local, e sim dos órgãos de preservação e divulgação, frisamos.



Figura 6. Forte da Ponta da Areia, São Luís, Maranhão. Hoje em dia, um posto de bombeiros, praticamente ignorado pela população local. Foto do autor.

Na procura de se corrigir a falha de conhecimento, o trabalho da FUNCEB, de fazer o levantamento dos fortes existentes no País, procura justamente fornecer subsídios para apoiar uma ação de preservação e revitalização mais consistente. Ao mesmo tempo, o IPHAN tem buscado ampliar o leque de fortes protegidos e a ação sobre eles. Em 2009 foi realizado um seminário sobre o tema, no qual foram apresentadas propostas nesse sentido, que resultaram no acautelamento de mais sete fortificações e na apresentação e execução de uma série de propostas de pesquisa, restauração e revitalização nesse tipo de bens, em todo o País.

Deve-se dizer que a intenção do órgão do governo ao fazer o tombamento não é apenas proteger legalmente os bens, mas sim que elas venham a se tornar novas atrações, levando a uma maior visitação e a sua transformação ou consolidação como símbolos e uma identidade local e nacional – a declaração como monumento nacional não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para se obter uma melhoria na vida das pessoas, não só através de atingirem seu pleno potencial como atrativos turísticos, polos geradores de recursos financeiros, mas também em termos de bem estar social.

Já há alguns casos em que a ação de preservação iniciada pelo IPHAN atingiu esse objetivo, com o apoio de outras entidades – este é o caso das fortificações de Santa Catarina, administradas pela Universidade Federal de Santa Catarina, além dos já citados exemplos de alguns dos monumentos administrados pelo Exército, como os Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana e a Fortaleza de Santa Cruz. Só que esta ação não poderia ser restrita a casos isolados, pontuais – deve ser, sim, parte de um esquema maior, que trate os fortes como valiosos recursos a serem desenvolvidos e explorados em sua plenitude.

As tabelas abaixo mostram a situação atual dos fortes tombados pelo IPHAN. Os dados foram compilados pelo autor, com base em suas viagens e considerando o que foi apresentado no Seminário do IPHAN sobre Fortificações, realizado em 2009. Não refletem necessariamente a situação atual dos monumentos, pois, como foi colocado, desde aquela data foi iniciado um programa de revitalização de fortificações – mesmo assim, dão uma ideia geral sobre a situação do assunto no momento.

Como foi dito antes, há casos de grande sucesso, mas há outros que ainda precisam de um mínimo, em termos de exploração de seu potencial cultural e turístico: há fortes “abandonados”, no sentido de que não existe nenhuma organização responsável por sua administração direta ou mesmo uma que exerça uma ação de desenvolvimento cultural do monumento, apesar deles poderem ser visitados e serem objeto de ações de conservação por parte do IPHAN, órgãos Estaduais ou Municipais. Outros não foram propriamente abandonados, mas estão sem um uso cultural, o que é contrário ao objetivo final da preservação do patrimônio, a criação de um sentimento de bem estar na população.

De acordo com o que foi dito acima, dividimos as fortificações em categorias: os seguintes monumentos carecem de um programa de revitalização e uso mais urgente, pois são as que mais se afastam do objetivo ideal da ação legal de preservação. Repetimos que há alguns casos que a situação se alterou, pois há bens que são objetos de programas ou projetos de revitalização. Nessa última situação, podemos citar os fortes do Calvário (MA) e São Joaquim do Rio Branco (RR), tombados 2012, justamente para que o IPHAN possa atuar neles.

| <b>Fortificação</b>                                       | <b>Município</b> | <b>UF</b> | <b>Observações:</b>           | <b>Visitação</b> |
|-----------------------------------------------------------|------------------|-----------|-------------------------------|------------------|
| Forte da Gamboa                                           | Salvador         | BA        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte do Paraguaçu                                        | Maragogipe       | BA        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte do Calvário                                         | Rosário          | MA        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte Velho – ruínas                                      | Cabedelo         | PB        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte do Buraco                                           | Olinda           | PE        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte São Joaquim do Rio Branco                           | Boa Vista        | RR        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Fortaleza de São João                                     | Santos           | SP        | Sem uso cultural. Abandonado. | Não              |
| Forte da Serra da Escama                                  | Óbidos           | PA        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Forte de Santo Antônio                                    | Gurupá           | PA        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Arraial Novo do Bom Jesus                                 | Recife           | PE        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Forte de Santa Tecla                                      | Bagé             | RS        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Forte de Caçapava                                         | Caçapava         | RS        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Fortaleza de N. S. <sup>a</sup> da Conceição de Araçatuba | Florianópolis    | SC        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |
| Forte Marechal Moura                                      | Florianópolis    | SC        | Sem uso cultural. Abandonado. | Sim              |

Os monumentos da tabela abaixo são objeto de ações de preservação mais contínuas, em alguns tendo sido feitos até dispendiosos programas de restauração. Nestes, contudo, ainda não foi achado um uso cultural específico e adequado. Os casos mais graves são, naturalmente, aqueles que sequer são abertos à visitação.



| <b>Fortificação</b>                          | <b>Município</b>    | <b>UF</b> | <b>Observações:</b>                          | <b>Visitação</b> |
|----------------------------------------------|---------------------|-----------|----------------------------------------------|------------------|
| Forte de Santa Maria                         | Salvador            | BA        | Sem uso cultural.                            | Não              |
| Forte de São Lourenço                        | Itaparica           | BA        | Administrado pela Marinha, sem uso cultural. | Não              |
| Forte de São Marcelo                         | Salvador            | BA        | Sem uso cultural.                            | Não              |
| Fortaleza de Santo Antônio da Ponta da Areia | São Luís            | MA        | Sem uso cultural.                            | Não              |
| Muralhas da base naval de Ladário            | Ladário             | MS        | Administrada pela Marinha. Sem uso cultural. | Não              |
| Forte do Pau Amarelo                         | Paulista            | PE        | Sem uso cultural.                            | Não              |
| Fortaleza do Barbalho                        | Salvador            | BA        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Fortaleza do Monte Serrat                    | Salvador            | BA        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Fortaleza do Morro de São Paulo              | Cairu               | BA        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Fortaleza de Orange                          | Itamaracá           | PE        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Forte de N.ª S.ª dos Remédios                | Fernando de Noronha | PE        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Forte de São Francisco                       | Olinda              | PE        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Fortaleza da Ilha do Mel                     | Paranaguá           | PR        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Forte de São Mateus                          | Cabo Frio           | RJ        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Forte de Caetano Madeira                     | Rio de Janeiro      | RJ        | Sem uso cultural.                            | Sim              |
| Forte de Santa Bárbara                       | Florianópolis       | SC        | Sem uso cultural.                            | Sim              |

Os fortes listados a seguir são os que têm um uso cultural limitado, sendo abertos à visitação, em alguns casos com restrições, pois nos seus interiores funcionam repartições com outras funções.

| <b>Fortificação</b>                    | <b>Município</b> | <b>UF</b> | <b>Observações:</b>                            | <b>Visitação</b> |
|----------------------------------------|------------------|-----------|------------------------------------------------|------------------|
| Fortaleza de São Pedro                 | Salvador         | BA        | Administrado pelo Exército. Visitas agendadas. | Sim              |
| Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção | Fortaleza        | CE        | Administrado pelo exército. Visitas agendadas. | Sim              |
| Forte Junqueira                        | Corumbá          | MS        | Administrado pelo exército. Visitas agendadas. | Sim              |
| Forte de Óbidos                        | Óbidos           | PA        | Administrado pela Polícia Estadual.            | Sim              |
| Fortaleza da Conceição                 | Rio de Janeiro   | RJ        | Administrado pelo Exército. Visitas agendadas. | Sim              |
| Forte de Gragoatá                      | Niterói          | RJ        | Administrado pelo Exército. Visitas agendadas. | Sim              |
| Forte Príncipe da Beira                | Costa Marques    | RO        | Administrado pelo Exército. Abert a visitação. | Sim              |

Os casos abaixo seriam os de “maior sucesso” na política de preservação, apesar dos resultados serem muito variados. Neste momento, julgamos ser necessário frisar como “histórias de sucesso” os monumentos administrados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro Nesta última, inclusive, o Exército conseguiu achar um meio de fazer com que a unidade militar ativa que ocupa o monumento, o Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército, não só conseguisse conviver com um bem sucedido programa de difusão cultural, mas fosse ainda além dele, fornecendo meios de atender à visitação que normalmente só

são encontrados em bens dedicados exclusivamente a receber turistas, como guias especialmente treinados.

| <b>Fortificação</b>                            | <b>Município</b> | <b>UF</b> | <b>Observações:</b>                                                                 | <b>Visitação</b> |
|------------------------------------------------|------------------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Fortaleza de São José                          | Macapá           | AP        | Museu do forte                                                                      | Sim              |
| Forte de Santo Antônio da Barra                | Salvador         | BA        | Museu Naval e Oceanográfico, administrado pela Marinha.                             | Sim              |
| Forte de Coimbra                               | Corumbá          | MS        | Museu do forte.                                                                     | Sim              |
| Forte do Castelo                               | Belém            | PA        | Museu do forte.                                                                     | Sim              |
| Fortaleza de Santa Catarina                    | Cabedelo         | PB        | Museu Oceanográfico de Cabedelo.                                                    | Sim              |
| Forte das Cinco Pontas                         | Recife           | PE        | Museu da Cidade do Recife.                                                          | Sim              |
| Forte do Brum                                  | Recife           | PE        | Museu do Exército                                                                   | Sim              |
| Sítio da Trindade (Arraial Velho do Bom Jesus) | Recife           | PE        | Parque. Sítio arqueológico exposto.                                                 | Sim              |
| Fortaleza de Santa Cruz                        | Niterói          | RJ        | Administrado pelo Exército. Aberta a visitação.                                     | Sim              |
| Forte de Copacabana                            | Rio de Janeiro   | RJ        | Museu Histórico do Exército.                                                        | Sim              |
| Forte Defensor Perpétuo                        | Parati           | RJ        | Museu do forte.                                                                     | Sim              |
| Forte dos Reis Magos                           | Natal            | RN        | Museu do forte                                                                      | Sim              |
| Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim         | Florianópolis    | SC        | Administrada pela UFSC, parte do roteiro de fortificações de Santa Catarina.        | Sim              |
| Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes           | Florianópolis    | SC        | Administrada pela UFSC, parte do roteiro de fortificações de Santa Catarina.        | Sim              |
| Fortaleza de São José da Ponta Grossa          | Florianópolis    | SC        | Administrada pela UFSC, Museu, parte do roteiro de fortificações de Santa Catarina. | Sim              |
| Fortaleza de Barra Grande                      | Guarujá          | SP        | Museu do forte.                                                                     | Sim              |
| Forte de São Felipe                            | Bertioga         | SP        | Museu do forte.                                                                     | Sim              |

## Uma reflexão

A quem caberia o trabalho de fazer a revitalização de cada forte que ainda precisa dele? Não temos uma resposta pronta, que sirva para tudo – o IPHAN, que normalmente é acusado de não fazer nada, quando um forte está em mal estado, *não* é responsável pela administração dos bens. Em tese essa obrigação é de seus gestores específicos de cada monumento, apoiados pelo Instituto do Patrimônio e daí que uma boa administração e a compreensão e apoio dos órgãos públicos, mesmo aqueles que não estão ligados diretamente à área de preservação do patrimônio cultural, é inseparável de uma proposta de revitalização e uso de um monumento protegido por lei. Sendo assim, apresentamos a listagem de fortes acima como um convite para as pessoas ligadas à área de turismo, patrimônio ou que sejam simplesmente interessadas no assunto, para que levistem a bandeira por um uso apropriado dos monumentos.

Vamos mais além: o problema da gestão adequada de um bem não é restrito aos fortes, se aplicando a todos os bens protegidos como patrimônio cultural. O que deve ser pensado, contudo, é que esse não é um assunto a ser revolido simplesmente em termos de um retorno financeiro imediato, é um de bem estar social, o que não pode ser deixado simplesmente a cargo da iniciativa privada,



como já foi sugerido. Como diz o ditado popular: “dinheiro não trás felicidade” – e as pessoas devem ficar felizes ao poderem ir a um forte ou outro patrimônio cultural.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. Da Cultura, ano VI, nº 11, dezembro de 2006.

AMORIM, Aníbal. História das fortificações do Brasil. Boletim do Estado Maior do Exército, 1914-1919.

BARRETO, Anibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1959.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Fortes Coloniais da cidade de Salvador. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

GARRIDO, Carlos. Fortificações do Brasil. IN: Subsídios para a História Marítima Brasileira. T. III. Rio de Janeiro, 1940.

MARQUES, Xavier. O Forte de São Pedro. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 4, 1897.

ROBINSON, Michael J. Two Decades of American News Preferences - Part 1: Analyzing What News the Public Follows -- and Doesn't Follow. The News Interest Index, special to the Pew Research Center. 2007. <http://www.pewresearch.org/-files/old-assets/pdf/NewsInterest1986-2007.pdf> (acesso em fevereiro de 2013).

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Ministro da Administração e Reforma do Estado. Palestra apresentada no Fórum de Debates A Reforma Administrativa e os Museus, promovido pelo Conselho Regional de Museologia – 2ª Região no Museu Naval e Oceanográfico, 20 de maio de 1997.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações do Brasil. IN: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 58, 2a. parte. Rio de Janeiro, 1885.

PHOTOGRAPHS taken during attacks by LT Charles A. Baldwin, USNR, 107-B-12. In: <http://www.uboatarchive.net/U-848-Photos.htm> (acesso em fevereiro de 2013).